

Da cúpula da Terra à cúpula social

O futuro governo, terá de explorar novos caminhos de desenvolvimento

IGNACY SACHS

A Europa é rica. Rica em 40 milhões de pobres. A ferramenta intelectual criada antigamente para estudar os países pós-coloniais — dualismo, segregação e exclusão sociais — aplica-se hoje até aos países mais industrializados do Norte, que descobrem em seu próprio território um *sul* em progressão. Estaremos assistindo à terceiro-mundialização?

A situação é ainda mais preocupante na antiga União Soviética e nos países do Leste Europeu, o *sul-bis*. Após o desmoronamento do socialismo real, eles acreditaram na miragem do capitalismo instantâneo e indolor. Até hoje pagam pelas consequências.

Quanto ao capitalismo periférico tardio do Terceiro Mundo, ele se concretiza melhor nas sociedades fraturadas, com um *norte* fortemente minoritário no interior do sul, e tendo o *apartheid* como tangente.

Por todo o mundo, os direitos econômicos e sociais são cada vez menos respeitados. Como os direitos políticos e civis são inseparáveis deles, a democracia — que se encontra em todos os lábios — recua. As Nações Unidas estão preparando para março de 1995 uma Cúpula de Chefes de Estado dedicada eufemisticamente ao desenvolvimento social, com três itens na ordem do dia: a luta contra a pobreza, a integração social, e a criação de empregos.

Destes três temas, o último constitui a chave para abordar os dois primeiros. De fato, para atacar as raízes da exclusão social, é preciso assegurar que todo mundo tenha um lugar no sistema produtivo. As políticas assistenciais, conhecidas como seguro social, são sem dúvida necessárias

diante de tanto desânimo e infelicidade, mas um excluído assistido ainda é um excluído.

Ora, a crise deve-se justamente ao fato de, salvo raras exceções, nossas economias conhecerem um crescimento fraco que, além de tudo, é um *crescimento sem emprego*, devido à preponderância de investimentos em produtividade que expulsam o homem de seu trabalho e comprimem seu salário.

A modernização, tal como nós a conhecemos, traduz-se na redução de empregos na indústria e, cada vez mais, no setor terciário moderno. A transposição deste modelo para o Leste Europeu e para o Sul só pode ter consequências catastróficas.

O que fazer nestas circunstâncias?

Dizem-nos, com alguma razão: trabalhar menos para que todos trabalhem, repartir equitativamente o trabalho socialmente necessário. Mas a aplicação da redução do tempo de trabalho numa escala verdadeiramente eficaz requer uma revolução cultural que não se concretizará de um dia para outro.

Durante muito tempo ainda, a humanidade terá necessidade do crescimento econômico. Mas de um *outro* crescimento, aproveitado de uma maneira diferente, submetido ao triplice critério: justiça social, prudência ecológica e eficácia econômica.

A Cúpula da Terra, que se realizou há dois anos no Rio, lembrou estes princípios do ecodesenvolvimento, insistindo na inseparabilidade entre o desenvolvimento e o meio ambiente, e consignando na Agenda 21 diversas sugestões de ação. Nós teríamos o direito de esperar que a mensagem do Rio se transformasse numa multiplicidade de programas locais de ecodesenvolvimento que originassem formas novas e originais de parceria entre a sociedade civil, o Estado e o setor empresarial.

O balanço pós-Rio é, no entanto, decepcionante. Ora, o tempo urge. No caso brasileiro, o futuro governo, qualquer que seja sua tendência política, deveria explorar dois caminhos de desenvolvimento, tendo em mente as urgências sociais.

As cidades são ecossistemas e, como tais, têm potenciais de recursos materiais latentes, subutilizados, mal utilizados ou desperdiçados. A reciclagem de resíduos, a reutilização de materiais, a conservação da energia, a economia da água, e até do capital, através da manutenção das infraestruturas, dos equipamentos e do parque imobiliário, oferecem várias possibilidades de empregos que se autofinanciam, pelo menos em parte, por meio da poupança de recursos que promovem.

Uma reserva de empregos ainda maior poderia ser aberta no campo,

sob a condição de bem gerir a segunda revolução verde, baseada nos conhecimentos biológicos. Os progressos recentes neste campo abrem uma verdadeira caixa de Pandora, que poderá gerar muito bem ou muito mal, de acordo com o modo como será gerenciada.

O processo começou mal. A privatização dos conhecimentos, e sua monopolização por empresas transacionais, não constituem um bom augúrio para as massas de pequenos agricultores. Teoricamente, porém, deveria ser possível colocar certas biotecnologias a serviço das pequenas propriedades agrícolas, viabilizando-as. As perspectivas são consideráveis.

Outro passo poderia ser dado valorizando-se, energeticamente e industrialmente, a biomassa. As antigas civilizações do vegetal poderiam assim se transformar em civilizações industriais modernas da biomassa, criadoras de muitos empregos rurais, agrícolas ou não, constituindo-se assim num freio à hiperurbanização provocada pelo êxodo dos refugiados dos campos.

■ Ignacy Sachs é fundador do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo e professor da Escola de Altos Estudos em Ciência Social em Paris



Desempregados na Espanha: direitos econômicos e sociais cada vez mais desrespeitados no mundo

AFP

UMA OUTRA RESERVA DE EMPREGO ESTÁ NO CAMPO

RESUMO

■ A Europa é rica em 40 milhões de pobres.

■ Por todo o mundo os direitos econômicos e sociais são desrespeitados.

■ É preciso assegurar que todos tenham um lugar no sistema produtivo pois um excluído assistido ainda é um excluído.

■ O tempo urge.



Procura de trabalho na Inglaterra: economias mundias apresentam crescimento fraco por causa do investimento em produtividade